

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE ARTES,
HUMANIDADES E LETRAS – CAHL COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

RITA DE CÁSSIA PEREIRA ESQUIVEL

**O SABOR ENTRE O LABOR E O SABER: dificuldades na formação profissional dos
trabalhadores discentes dos cursos em horário noturno da UFRB/CAHL**

RITA DE CÁSSIA PEREIRA ESQUIVEL

CACHOEIRA

2014

O SABOR ENTRE O LABOR E O SABER: dificuldades na formação profissional dos trabalhadores discentes dos cursos em horário noturno da UFRB/CAHL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Georgina Gonçalves dos Santos

RITA DE CÁSSIA PEREIRA ESQUIVEL

CACHOEIRA

2014

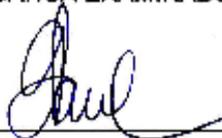
RITA DE CASSIA PEREIRA ESQUIVEL

O SABOR ENTRE O LABOR E O SABER:

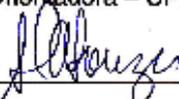
difficultades na formação profissional dos trabalhadores discentes dos cursos em horário noturno da
UFRB/CAHL

Cachoeira – BA, aprovada em 09/04/2014.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Georgina Gonçalves dos Santos
(Orientadora – UFRB)



Prof.ª Ms. Sílvia Cristina Arantes de Souza
(Membro Interno – UFRB)



Prof.ª Dr.ª Valéria dos Santos Noronha Miranda
(Membro Interno – UFRB)

CACHOEIRA

2014

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Lucas e Levi e a minha mãe Antonieta já falecida, por terem acreditado e colaborado sempre em todas as minhas objetivações e sonhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me conduzido até aqui e por todos os meus objetivos e sonhos até agora alcançados.

A minha amada mãe Antonieta, que sempre observou em mim uma capacidade e força de vontade que eu não enxergava.

Aos meus filhos, Lucas e Leví por terem sido companheiros e cúmplices em todas as horas dessa minha caminhada, acreditando sempre em meus sonhos e objetivos. Obrigada meu filhos, amo muito vocês.

A meus irmãos, Ailton e Ana, que mesmo distantes não deixaram de se fazerem cúmplices e companheiros nas minhas horas de desânimo. Muito Obrigada.

À minha orientadora, Georgina, em primeiro lugar, pela oportunidade que me deu em estagiar no Colégio Estadual Rômulo Galvão e fazer parte do grupo OVE, pela sua paciência e impaciência, amizade e falta de tempo e na sua habilidade de ser um exemplo de humildade. Muito Obrigada.

Às minhas amigas na universidade, na vida, no estágio e no grupo OVE, Jussiana e Mércia, que não foram as primeiras pessoas com quem me relacionei ao chegar a universidade, mais sem dúvida alguma para a minha alegria e sorte, nosso encontro ainda no fim do primeiro semestre foi o casamento perfeito entre a inteligência culta e sensata de Jussiana e a inteligência formal de Mércia e eu entre as duas, sempre a hilária cultura do povo. Agradeço a vocês por não terem me deixado desistir no quarto semestre, por terem me estendido a mão nessa caminhada difícil e gostosa ao mesmo tempo, enfim, mesmo sem terem sido as primeiras com quem interagi, sem dúvida alguma serão para o resto da minha vida mais que irmãs. Caminhamos juntas até aqui, e espero que nossos passos sempre se encontrem e reencontrem. Muito Obrigada.

Aos Colegas Djane e Carlos companheiros dessa trajetória, Djane me emprestando seu sentido de família e Carlos o de responsabilidade. Muito Obrigada.

Às companheiras do OVE, Thaís, Thiana, Larissa, Mariana, Zenilda, Kelly e Michele, que comigo compartilharam seus conhecimentos, ainda que por pouco tempo, pois vocês

estavam saindo do grupo OVE para concursos e mestrados, compartilhando também seus anseios e vitórias. Obrigada.

Aos colegas que se dispuseram a conversar, a responder questionários, a contar quais sabores experimentam na vida acadêmica, para que eu pudesse desenvolver este trabalho. Muito Obrigada.

À professora Silvia Arantes, por ter boa vontade e disponibilidade sempre que precisei. Muito Obrigada.

A todos os colegas, docentes da UFRB, amigos, familiares, bem como gestores, professores e auxiliares de serviços gerais no Colégio Estadual Rômulo Galvão que contribuíram para o meu amadurecimento enquanto futura profissional em Serviço Social, os meus sinceros agradecimentos.

EPÍGRAFE

“É preciso impor a si mesmo algumas metas para se ter a coragem de alcançá-las”.

Benito Mussolini

RESUMO

A escolha do tema proposto da presente discussão se deu em razão das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos discentes que exercem atividades remuneradas em cumprir de forma plena, ou mesmo aceitável, seus deveres como universitários e as proposições exigidas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Estas dificuldades podem motivar, entre outras coisas, o atraso destes alunos em acompanhar o desenvolvimento do seu curso na academia em relação a seus pares, isso podendo refletir-se na formação de profissionais menos capacitados ou ainda na desistência do curso em questão. Logo, os sujeitos em análise encontram-se inseridos em um contexto maior (estrutura-sociedade), principalmente no que tange ao mundo do trabalho tão precário e ao mesmo tempo complexo, cujas negociações entre "labor" e "saber" se dão em processos conflituosos e com "sabores" diversificados. A falta de equidade na divisão do tempo na vida desses discentes pesa sobremaneira na vida universitária, que exige tempo não somente para as aulas, mas para as avaliações, estudos, reflexões, estágios, pesquisas, projetos e várias atividades extracurriculares, cuja participação do discente é a característica principal da universidade como instituição que objetiva a formação do profissional, do cientista e do cidadão. Como objetivos a pesquisa buscou de forma geral: por meio de revisão bibliográfica, delimitar o objeto de estudo, conceituando o significado de trabalhador discente e sua relevância em contexto nacional no que tange à sua proporção entre os universitários brasileiros; identificar os determinantes para a implementação dos cursos noturnos da UFRB, bem como da própria instituição, focando-se nos contextos histórico e social; observar se os trabalhadores discentes se sentem ou não prejudicados no decorrer do curso pela forma de como este é organizado; analisar quão prejudicial para os trabalhadores discentes é a falta de participação efetiva nas atividades acadêmicas (grupos de pesquisa, extensões, etc.), e se há algum projeto específico ou planejamento especial para que haja conciliação do Estágio Supervisionado, os estudos e a vida profissional dos trabalhadores discentes. A abordagem sobre tal tema também foi idealizado a fim de buscar propostas para minimizar tais dificuldades enfrentadas, aparentemente sem programas ou projetos de auxílio por parte da instituição ou do estado, no que se refere aos discentes que trabalham, haja vista que não se tem referência alguma no tocante a institucionalização de projetos direcionados a atender as demandas específicas que permeiam a formação profissional destes discentes. Tem o Serviço Social um papel importante, haja vista, que a profissão tem como cunho precípua garantir o acesso aos direitos a partir das necessidades observadas, que nortearão as ações interventivas a serem viabilizadas a esses trabalhadores discentes que estão cada vez mais adentrando as universidades.

Palavras-chave: Trabalhador discente. Formação profissional. Universidade. Políticas de permanência. Serviço Social.

ABSTRACT

The choice of the subject of this discussion was due of the many difficulties faced by students who exercise in paid activities comply fully, or even acceptable, their duties as college and propositions required by the Federal University of Reconcavo of Bahia. These difficulties can motivate, among other things, the delay of these students in following the development of their course at the academy in relation to their peers, it may be reflected in the training of less qualified or waiver in the course concerned professionals. Therefore, the subjects in question are embedded in a larger context (structure-society), especially in regard to the working world as precarious and complex at the same time, whose negotiations between "labor" and "know" are given in processes conflicting and "flavors" diversified. The lack of fairness in the division of time in the lives of these students weigh greatly in university life, which requires time not only for classes, but for the reviews, studies, reflections, internships, research projects and a variety of extracurricular activities, participation of students whose is the main feature of the university as an institution that aims at training professionals, scientist and citizen. As the research objectives sought in general: through literature review, define the object of study, conceptualizing the meaning of student work and its relevance in the national context in relation to their proportion among Brazilian university; identify the determinants for implementation UFRB of night courses, as well as the institution itself, focusing on historical and social contexts, observe whether students or not workers feel harmed during the course through how this is organized; analyze how damaging to learners workers is the lack of effective participation in academic activities (research groups, extensions, etc.), and if there are any specific project or special planning so that there is reconciliation of Supervised, studies and professional lives of students workers. The approach on this issue was also designed to seek proposals to minimize such difficulties, apparently without programs or aid projects by the institution or the state, with regard to students who work, given that there is no reference some regarding institutionalizing targeted to meet the specific demands that permeate the training of these students projects. Social Services have an important role, given that the profession has as main imprint ensure access to rights from the needs observed that notearão the intervening actions to be made possible to these students that workers are increasingly entering the universities.

Keywords: Student worker. Vocational training. University. Policies residence. Social Service.

Revisão de texto, bibliografia e tradução do resumo (Abstract):

Jean Esquivel*

Ayslan Costa**

* Graduando de Engenharia Civil, pela Universidade Tiradentes (UNIT);

** Mestrando de Engenharia de Processos, pela Universidade Tiradentes (UNIT), funcionário da CADGráfico's.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Metodologia.....	16
1.2 Implicações com o tema.....	16
1.3 Técnicas de Pesquisa e Interpretação dos dados.....	17
2 TRABALHO E UNIVERSIDADE.....	20
2.1 Globalizações, Trabalho, Universidade e Sociedade.....	20
2.2 Perfis do Universitário Brasileiro.....	23
2.3 Trabalhador Discente versus discente Trabalhador.....	28
3 A UNIVERSIDADE NO BRASIL.....	31
3.1 Breve História e Cunho Privatista do Saber no Brasil.....	32
3.2 Alicerces do Sistema Universitário.....	35
3.3 Contexto da Implementação da UFRB – CHAL.....	37
4 O TRABALHADOR E O ACADEMICO (PROBLEMATIZAÇÃO).....	42
4.1 Tempo e Estudo.....	43
4.2 Definição do Objeto.....	45
5 OS SABORES NA TRAJETÓRIA ACADEMICA DE QUEM TRABALHA.....	48
5.1 O Ponto de Vista do Trabalhador Discente.....	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERENCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho atualmente busca cada vez mais profissional com maiores qualificações e aperfeiçoamento continuado (SANTOS, 2000), além de características como flexibilidade e disposição a mudanças, consideradas fundamentais no exercício profissional (LASSANCE, 1997).

Seguindo a tendência do mundo moderno, as instituições de ensino superior têm como principais expectativas vinculadas de, cada vez mais, passar, desenvolver, produzir, divulgar e melhorar conhecimentos úteis para toda a sociedade e também formar pessoas capazes de atender aos cada vez mais exigentes requisitos de um mundo laboral moldado pelas mesmas ciência e tecnologia (GEORGEN, 1998). Porém essa formação superior não é adquirida sem que o universitário consiga contribuir efetivamente para a universidade através do aprendizado, produção e divulgação de novos conhecimentos.

A busca por uma formação profissional mais aprimorada para assim conseguir uma melhor colocação no mercado de trabalho e melhores condições de vida na sociedade são os principais motivos que levam trabalhadores para a vida universitária. No entanto, essa busca pode tornar-se restringida e até impossibilitada pelas dificuldades que serão expostas na execução do presente trabalho, pondo em xeque a visão de que o ensino superior implantado em horário noturno é a solução indiscutível para que os discentes que trabalham possam ter uma melhor formação profissional.

Estes trabalhadores discentes encontram-se inseridos em um contexto maior (estrutura-sociedade), principalmente no que tange ao mundo do trabalho tão precário, e ao mesmo tempo complexo, cujas negociações entre "labor" e "saber" se dão em processos conflituosos e com "sabores" diversificados. A falta de equidade na divisão do tempo na vida desses discentes pesa sobremaneira na vida universitária. Esta exige tempo não somente para as aulas, mas para as avaliações, estudos, reflexões, estágios, pesquisas, projetos e várias atividades extracurriculares, cuja participação do discente é a característica principal da universidade como instituição que objetiva a formação profissional, a formação do cientista e à formação do cidadão, que ascende na sociedade e ajuda a desenvolvê-la em âmbitos intelecto e profissional.

Em âmbito psicológico, a entrada na Universidade também demarca ainda uma nova condição ao indivíduo: a de estudante universitário, o que Coulon (2008) chama de afiliação estudantil, processo no qual o estudante passará a ser membro de um novo grupo, interagindo com novos sujeitos e terá que dominar os códigos comuns à nova realidade. Esta afiliação se divide em institucional, na qual o estudante precisa aprender os códigos e as normas próprias da universidade, e intelectual, na qual o educando deve adquirir o status de estudante, aprendendo a estabelecer uma dinâmica de estudos, a dominar a escrita, a fala e a lidar com a autonomia própria da instituição universitária.

A UFRB, decorrente ao contexto histórico social em que foi inserida no Recôncavo da Bahia, é cenário desses processos de mudança que envolvem a entrada trabalhadores no ensino superior, a criação de políticas de assistência ao estudante e também a afiliação estudantil, compreendida como experiência que independe da condição social, mas que pesa mais sobre aqueles que tem seu curso superior como única via de ascensão social. Nesse sentido, o presente trabalho busca conhecer as causas e determinantes da realidade atual no que diz respeito à demanda profissional mais exigente e à busca de uma melhor formação por parte dos trabalhadores que ingressam na UFRB, em horário noturno, e o cenário que esta realidade cria para tais discentes, buscando compreender como essas dificuldades são percebidas pelos sujeitos que as vivenciam e como interferem na realização de seus objetivos no ensino superior.

Como objetivos específicos, buscou-se: por meio de revisão bibliográfica delimitar o objeto de estudo, conceituando o significado de trabalhador discente e sua relevância em contexto nacional no que tange à sua proporção entre os universitários brasileiros; identificar os determinantes para a implementação dos cursos noturnos da UFRB, bem como da própria instituição, focando-se nos contextos histórico e social; observar se os trabalhadores discentes se sentem ou não prejudicados no decorrer do curso pela forma de como este é organizado; analisar quão prejudicial para os trabalhadores discentes é a falta de participação efetiva nas atividades acadêmicas (grupos de pesquisa, extensões, etc.), e se há algum projeto específico ou planejamento especial para que haja conciliação do Estágio Supervisionado, os estudos e a vida profissional dos trabalhadores discentes.

Por conseguinte, o presente estudo põe em discussão o atual processo de abertura do ensino superior, materializado aqui, na UFRB – CAHL, horário noturno, a indivíduos que já exercem uma atividade laboral na sociedade. O presente trabalho também expõe a necessidade deste momento ser percebido a partir das múltiplas formas que impactam a vida

desses novos sujeitos (MACHADO, 2012). Os problemas e engasgos na formação dos trabalhadores discentes tratados na presente discussão apontam para a reflexão da política como meio de transformação da sociedade, principal missão do Serviço Social, profissão esta capaz de exercer importante papel no processo de consolidação da política no campo dos direitos e necessidades sociais.

A abordagem sobre tal tema também foi idealizado a fim de buscar propostas para minimizar tais dificuldades enfrentadas, aparentemente sem programas ou projetos de auxílio por parte da instituição ou do estado, no que se refere aos discentes que sustentam seus lares, haja vista que não se tem referência alguma no tocante a institucionalização de projetos direcionados a atender as demandas específicas que permeiam a formação profissional destes discentes. Na sequência do trabalho, tem-se a que exposição da metodologia da pesquisa e a implicação com o tema proposto.

As discussões e embasamentos teóricos empreendidos ao longo do trabalho se configuram do seguinte modo: o capítulo II, Trabalho e Universidade, apresenta uma breve abordagem sobre como a globalização influi no trabalho e como essa influência incide sobre a sociedade e o ensino superior. Zarur (2000) afirma que com a globalização há um decréscimo no emprego, em todos os níveis, da mão de obra não qualificada à mão de obra mais qualificada. Esse fato faz com que trabalhadores procurem as Universidades para manter/melhorar seu espaço no mercado de trabalho, modificando assim a sociedade e a própria instituição, já que, segundo estudos realizados pelo IPEA, os trabalhadores discentes são maioria em universidades brasileiras. Ainda no mesmo capítulo, também é feita a especificação/definição do objeto, isto é, dos trabalhadores discentes X discentes trabalhadores.

O capítulo III, intitulado “Alicerces do Sistema Universitário Brasileiro”, faz um apanhado da história da Universidade no Brasil, evidenciando certos comportamentos e filosofias do ensino superior brasileiro, como seu cunho privatista e a fundamentação positivista, influenciando toda a organização universitária subsequente. A fim de trazer o contexto geral, brasileiro, para o particular, foi feito também um apanhado sobre o histórico social em que a UFRB foi implementada na região do recôncavo, e evidenciar a importância da pesquisa e extensão na formação universitária, que juntas com a faculdade, o ensino em si, formam o que Carelli e Santos (1999) denominam de tripé universitário.

No capítulo IV, “O Acadêmico e a Academia (Problematização)” apresento a

problematizarão maior da presente discussão em torno do trabalhador discente: falta de tempo para suas atividades, e no que esta falta acarreta. No mesmo capítulo também é feita a delimitação dos sujeitos do atual trabalho, os trabalhadores discentes da UFRB do horário noturno, e a descrição e relativização dos mesmos.

No capítulo V, “Os Sabores na trajetória acadêmica de quem trabalha”, são apresentadas as narrativas em que os estudantes contam sobre suas trajetórias, rotinas e respondem questionamentos sobre vários gargalos vivenciados antes e após o ingresso na universidade e, por último, o capítulo VI, que traz as considerações finais sobre o estudo.

1.1. Metodologia

O caminho a ser percorrido, frente a uma pesquisa que busca o rigor e nega a rigidez, visto que essa última pode acarretar um esvaziamento teórico e a negação da própria dinamicidade do objeto, tem por meta principal a busca por análise qualitativa em meio a estrutura social. Por isso, em primeira instância a pesquisa bibliográfica foi o eixo do processo analítico, uma vez que, diante do problema relacional entre trabalho e educação na vida estudantil acadêmica, buscou-se teóricos das áreas de ciências humanas e sociais, em especial concentrando o rigor científico perante autores voltados para a subjetividade enquanto configuração precípua para a compreensão do objeto em análise e dos fatores a ele influentes.

1.2. Implicação com o Tema

A escolha do tema proposto da presente discussão se deu em razão das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos discentes que exercem atividades remuneradas e participam intensamente no sustento de suas famílias ou de si próprio, em participar de forma plena, ou mesmo aceitável, de suas atividades universitárias e as exigências do curso, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, com ênfase no horário noturno, mais procurado por estes discentes. Estas dificuldades podem motivar entre outras coisas o atraso destes alunos em acompanhar o desenvolvimento do seu curso na academia em relação a seus pares, isso podendo refletir na formação de profissionais menos capacitados ou ainda na desistência do curso em questão.

O trabalho aqui relatado foi idealizado primeiramente devido a minha própria condição de trabalhadora discente, e mantedora de todas as despesas de minha casa, quando ainda estava cursando o segundo semestre em Serviço Social noturno na UFRB, haja vista eu ser de origem popular e por isso mesmo me enquadrar no perfil de autora/objeto, que protagoniza essas mudanças no perfil de discentes que adentram as universidades públicas com todas as dificuldades e facilidades (sabores), que enfrentamos nessa jornada. Não tomei conhecimento de política de permanência alguma para os discentes que como eu desenvolvem antes ao entrar na universidade uma atividade laboral. A idealização deste trabalho tem a finalidade de buscar propostas para minimizar tais dificuldades, buscando também expor a existência (ou inexistência) e necessidade de programas e projetos de auxílio por parte da instituição, no que se refere aos trabalhadores discentes, haja vista que não se tem referência

alguma no tocante a institucionalização de projetos direcionados a atender as demandas específicas que permeiam a formação profissional destes discentes, objetivando a compreensão dos motivos da implementação do curso para formação profissional em Serviço Social, História, Artes Visuais e Gestão Pública na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em horário noturno, e se estes estão sendo alcançados. Configurou-se também a busca da relatividade da condição dos discentes, sendo que grande parte destes realizam alguma atividade profissional, considerando toda carga de demandas que seria enfrentada por eles durante o curso.

1.3. Técnicas de Pesquisa e Interpretação dos Dados

A pesquisa qualitativa que permeia a discussão principal, por sua vez, norteadora da compreensão do mundo vivido pelos trabalhadores discentes, foi baseada segundo a perspectiva dos sujeitos sociais e sua relação com o mundo subjetivo, pressuposto de dinâmica do próprio método qualitativo, e como estes podem falar de suas demandas, suas lutas, suas desilusões e seus sonhos. A investigação qualitativa foi escolhida às suas características, sendo as principais enumeradas por Bogdan e Biklen (1994): à fonte de dados ser o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal, introduzindo e dependendo um grande número de tempo buscando elucidar várias questões educativas em diversos locais; a ser descritiva, pois os dados recolhidos tem a forma de palavras ou imagens e não números, ou seja, contém nos resultados escritos da investigação citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação; aos investigadores qualitativos interessarem-se pelo processo e não simplesmente pelos resultados ou produtos; e aos investigadores que utilizam a abordagem qualitativa estarem interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas, preocupando-se com o que se designa por perspectivas participantes.

A pesquisa qualitativa, enquanto orientação investigativa compreende uma série de técnicas que são utilizadas de acordo com os objetivos propostos pelo próprio pesquisador. Dentre as técnicas características dessa análise destacam-se aqui a pesquisa bibliográfica, a história de vida, a entrevista semiestruturada e a autobiografia.

A pesquisa bibliográfica feita abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, textos legais, documentos mimeografados ou xerocopiados, mapas, fotos, manuscritos etc. Para a realização do trabalho usou-se, fundamentalmente, a metodologia

básica da pesquisa bibliográfica, baseando-se em trabalhos acadêmicos obtidos por meio de consulta nas bases do Google acadêmico, SciELO e material cedido pelo corpo docente, sem limites de data de publicação, porém priorizando-se publicações mais recentes no que tange a políticas, legislações e tendências de população.

A observação sistemática participante do fenômeno em questão consiste na coleta de dados para conseguir informações, utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Além de ver e ouvir, essa técnica consiste em examinar fatos ou fenômenos interessantes ao estudo de forma sistemática (estruturada, planejada, controlada) buscando reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe, e participante, na qual o pesquisador participa ativamente com a comunidade ou grupo, incorporando-se ao grupo, confundindo-se com ele (MARCONI; LAKATOS, 1999)¹.

A história de vida permeia a principal abordagem orientadora da coleta de dados. Esta abordagem é caracterizada pela busca da interpretação da realidade dos sujeitos pesquisados através dos relatos de suas vivências, ocupando-se com a perspectiva dos atores sociais, ou seja, “com a visão de mundo e os significados que estes conferem às experiências cotidianas” (MACHADO, 2012).

Quanto à entrevista semiestruturada, esta visa favorecer ao entrevistado a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem direcionar repostas ou condições prefixadas pelo pesquisador, como um meio de acessar tanto conteúdos voltados ao posicionamento próprio quanto às percepções e significados atribuídos ao vivido do estudante em relação à sua qualidade de vida.

Ao lado da história de vida, tem-se a autobiografia, técnica de pesquisa que em muito se assemelha com a história de vida. Porém, nesse caso ela faz uso das percepções do sujeito autor/ator, em primeira pessoa, narrador de seus próprios percursos. O valor biográfico assume então o papel de organizador da narrativa, contando a história de muitos, mas também pode é o princípio organizador da minha vivência pessoal, “da narrativa que conta a minha própria vida, e pode dar forma à consciência, à visão, ao discurso, que terei sobre a minha própria vida” (BAKHTIN, 1992). A história de vida e autobiografia se complementam na presente discussão, colocando em interação objeto e autor na produção das narrativas, fazendo emergir os sujeitos das ações.

Os dados foram sistematizados considerando-se as principais etapas da análise

¹ MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

temática, uma das técnicas de Análise de Conteúdo do discurso (CIAMPONE e OLIVEIRA, 2006). O processo de tratamento dos dados foi realizado em duas fases: na primeira, efetuou-se uma análise prévia, pautada na “leitura flutuante” do material, chegando ao contato exaustivo com os dados, até atingir uma “impregnação” pelo conteúdo. Na segunda fase, realizou-se a exploração do material, recortando os dados e compilando-os de acordo com os conteúdos, a partir das unidades de significados (categorias e subcategorias).

2 TRABALHO E UNIVERSIDADE

2.1. Globalização, Trabalho, Universidade e Sociedade

Segundo o sociólogo inglês Anthony Giddens (2000), na nova economia mundial eletrônica global, onde os gestores de fundos, materializados em bancos, empresas e investidores a título pessoal, podem transferir grandes somas de capitais com o simples carregar de um botão, podendo desestabilizar até as economias mais sólidas, quantias antes encaradas como grande soma de dinheiro, como um milhão de dólares, por exemplo, que ainda é encarado como muito dinheiro pela maior parte da população, se torna pequena diante da movimentação diária dos mercados financeiros globais, que movimentam mais de um trilhão de dólares por dia.

Neste contexto, o conceito de globalização, dado por Giddens, demarca uma maior intensificação das relações sociais em escala mundial, possível principalmente graças ao grande e acelerado desenvolvimento das novas tecnologias nas últimas décadas, principalmente nas comunicações e transportes, constituindo conexões entre as diferentes regiões do globo, através das quais os acontecimentos locais sofrem a influência dos acontecimentos que ocorrem a muitos quilômetros de distância e vice-versa. As consequências dos atos estão encadeadas de tal forma que o feito agora repercute em espaços e tempos distantes. Isto diz respeito às interconexões que se dão entre as dimensões global, local e cotidiana.

O sociólogo interpreta a globalização não apenas como um fenômeno de natureza econômica, mas sim um fenômeno político, tecnológico e cultural, além de econômico.

Porém a globalização está longe de ser imparcial, e as suas consequências não são totalmente benignas. Do ponto de vista menos deslumbrante, que Giddens denomina de “visão pessimista da globalização”, a globalização, como processo que apenas expõe o desenvolvimento mas não toma medidas para torna-lo homogêneo, tende a destruir as culturas locais, a aumentar as desigualdades do mundo e piorar a sorte dos empobrecidos.

Como consequência culminante do pensamento de Giddens, a economia global influi na unidade social mais básica: a família, tanto em âmbito de impulso de modelos de famílias não tradicionais quanto à mudança da percepção sobre os direitos das mulheres, igualdade sexual, homossexualismo, casamento e relação pais-filhos.

Assim como a maioria dos aspectos familiares e sociais, o trabalho também sofre modificações e tende a se tornar globalizado. Dentre as mudanças drásticas que o mundo passa, onde as distâncias são facilmente vencidas, “nunca a humanidade produziu tantos bens e serviços quanto na atualidade, em pouco mais de 300 anos a humanidade desenvolveu-se muito mais que todo o período anterior de sua história” (GROSELLI, 2008).

Segundo Gondim (2002, p.3, apud MORAES et al, 2011)² o desenvolvimento científico e tecnológico, base da globalização, acarreta exigências a um perfil profissional que necessita lidar com significativos fatores. Assim as características desejáveis em tal perfil estão ancoradas em habilidades cognitivas (raciocínio lógico e abstrato, resolução de problemas, criatividade, capacidade de compreensão, julgamento crítico e conhecimento geral), técnicas especializadas (informática, língua estrangeira), operações atitudinais (cooperação, iniciativa, empreendedorismo, motivação, responsabilidade, participação, disciplina, ética) e a atitude de aprender a aprender.

É necessário que se ressalte os efeitos benéficos e perversos da globalização, já que

“O contexto da globalização, se, por um lado, encerra elementos que limitam a ação do Estado Nacional, por exemplo, no momento presente, no caso da seleção e implementação de uma determinada política econômica, por outro lado, requer sua ação ativa, nos moldes citados anteriormente. Alguns desses efeitos podem ser perversos, por exemplo, associados à perda da identidade cultural; outros podem ser muito rápidos, como a destruição de determinados segmentos empresariais e ramos de atividade domésticos intensivos em mão-de-obra que não dispuseram da oportunidade de se reestruturar em patamares tecnológico e de produtividade superiores; e outros podem ser positivos, como maior competição nos mercados e aumento nos níveis de produtividade.” (CACCIAMALI, 2000, apud GROSELLI, 2008)³.

Isto é, com o desenvolvimento rápido e contínuo da técnica na realidade atual, o trabalhador tende, para cumprir as exigências crescentes do mercado de trabalho, a se especializar cada vez mais, a procurar novos conhecimentos para assim compor em si um profissional melhor;

² GONDIM, S. M. G. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 7, n.2, jul/dez, 2002.

³ CACCIAMALI, Maria C. Globalização e Processo de Informalidade. Campinas: **Economia e Sociedade**, jun. 2000. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 02 de jun. de 2008.

os indivíduos que não conseguem acompanhar o ritmo acelerado da globalização não se adequam às exigências, e conseqüentemente são postos de lado, sendo tratados como incapacitados à determinada atividade, ou ainda, como máquinas ultrapassadas.

O aumento da atividade econômica nos países economicamente fortes tem levado a aumento de taxas elevadas de desemprego nos países mais frágeis, de diferentes maneiras, decorrente da desativação de importantes setores econômicos, inclusive de inteiros parques industriais.

Zarur (2000) enumera três principais fatores para tanto:

- a) O câmbio sobrevalorizado que leva a um barateamento dos bens produzidos exatamente e ao encarecimento dos bens produzidos internamente, fazendo com que, por exemplo, a indústria e agricultura locais percam competitividade tanto para abastecer o mercado interno como para exportar.
- b) Pela liberação das importações, em nome do controle interno dos preços, sem que haja contrapartida dos países mais fortes, que continuam exercendo práticas protecionistas em larga escala.
- c) Pela substituição da tecnologia e dos serviços, em geral, produzidos internamente pelos produzidos no exterior, especialmente pelas empresas, estatais ou privadas, recentemente vendidas ao capital externo.

Devido a esses fatores, Zarur afirma também, que há um decréscimo no emprego, em todos os níveis, da mão de obra não qualificada à mão de obra mais qualificada. Além desses fatores, no caso da mão de obra mais qualificada, há que se acrescentar o chamado “desemprego tecnológico”, comum aos países pobres e aos ricos, como o decorrente do uso de robôs, por exemplo, substituindo seres humanos, Zarur conclui assim que, em vista da seguinte situação, a função da universidade continua a ser a de formar profissionais com a melhor qualificação possível, de preferência, de acordo com as demandas do mercado de trabalho e com as expectativas das pessoas com um diploma universitário, cabendo ainda à universidade continuar produzindo e reproduzindo ciência e tecnologia, mesmo que a desativação de vários setores da economia diminua a demanda por serviços nesta área, pois “o conhecimento científico e tecnológico não pode ser perdido. Consiste em um patrimônio nacional que, poderá voltar a ser intensamente mobilizado em outra situação econômica” (ZARUR, 2000, p. 6).

Isto posto, a busca por uma formação profissional mais aprimorada para assim conseguir uma melhor colocação no mercado de trabalho e melhores condições de vida na

sociedade são os principais motivos que levam os estudantes para a vida universitária. No entanto, essa busca pode tornar-se restringida e até impossibilitada por certos fatores sociais, pondo em xeque a visão de que o ensino superior é a solução indiscutível para que reincidentes do mercado de trabalho, isto é, aqueles que já trabalham e tem na universidade uma possibilidade de melhora, os chamados trabalhadores discentes, possam ter uma melhor formação profissional.

Porém é preciso que se lembre do fato de que a universidade já está imersa num contexto social e, antes de formadora, é produto de uma sociedade. É importante ressaltar a importância do pensador e educador Paulo Freire, “que desvela a concepção de que a educação é muito mais produto do que fator da sociedade que a insere. Seu pensamento é matriz, em grande parte, dos estudos hoje realizados, em todo mundo” (CUNHA, 1998, p.12), principalmente pelas vertentes pedagógicas que rompem as formas tradicionais de educação nas sociedades contemporâneas ocidentais.

Teorizando a importância da constante adaptação à situação social na qual a universidade, mais que qualquer outra instituição, Georgen (1998), autor do artigo *Ciência, Sociedade e Universidade*, põe a não somente a relação interdependente entre instituição formadora e a sociedade na qual está inserida como também com a ciência, agora em contexto global, que ambas produzem, para posterior produção de conhecimento, sintetizando a acessibilidade da população à ciência.

Segundo as principais expectativas vinculadas às instituições que se denominam universidades estão, cada vez mais: passar, desenvolver, produzir e melhorar conhecimentos úteis para toda a sociedade e também formar pessoas capazes de atender aos cada vez mais exigentes requisitos de um mundo laboral moldado pelas mesmas ciência e tecnologia, estas em crescimento constante, sem esquecer das características da sociedade na qual reside.

2.2. Perfil do universitário brasileiro

Devido à globalização, bem como, à evolução aparentemente sem limites dos meios de comunicação, novas tecnologias e intensificação do câmbio monetário e informacional no mundo, há um decréscimo no emprego, em todos os níveis, da mão de obra não qualificada à mão de obra mais qualificada.

Com a redução das oportunidades para mão-de-obra não qualificada, o mercado

de trabalho atual se molda mais exigente, buscando cada vez mais profissionais com maiores qualificações e aperfeiçoamento continuado (SANTOS, 2000), além de características como flexibilidade e disposição a mudanças, que são considerados fundamentais no exercício profissional (LASSANCE, 1997).

A busca por uma formação profissional mais aprimorada para assim conseguir uma melhor colocação no mercado de trabalho e melhores condições de vida na sociedade são os principais motivos que levam trabalhadores para a vida universitária. No entanto, essa busca pode tornar-se restringida e até impossibilitada pelas dificuldades que serão expostas na execução do presente trabalho, pondo em xeque a visão de que o ensino superior implantado em horário noturno é a solução indiscutível para que os discentes que trabalham possam ter uma melhor formação profissional.

Contudo, para que se afirme que uma parcela realmente importante dos universitários brasileiros se encaixa no perfil do universitário que sustenta seu lar com uma atividade remunerada adversa a seu curso, bem como definir o objeto da presente discussão, é necessário um embasamento maior sobre o perfil nacional universitário e especificar por meio de revisão bibliográfica o significado de trabalhador discente..

Para as principais ponderações quanto ao perfil universitário do Brasil, foram coletados dados através de trabalhos, pesquisas, postagens e relatórios do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –, com ênfase no relatório da pesquisa Estudo Comparada sobre a Juventude Brasileira e Chinesa. O relatório expõe os dados preliminares respectivos à educação superior brasileira, com data de publicação, pelo próprio IPEA, de 2012, interessante à presente discussão por se tratar de um perfil sócio educacional e econômico em escala nacional do objeto de estudo, análise que demanda preferencialmente dados recentes.

Os dados preliminares expostos no relatório são divididos em: Escolaridade dos pais, Satisfação com o curso de graduação, e Utilização do tempo.

Segundo a análise do IPEA (2012), o nível de escolaridade dos pais – apesar das múltiplas possibilidades de arranjo com pelo menos um dos pais tendo cursado o nível superior e o outro pelo menos o ensino médio, “pode-se inferir que possuir, na geração antecedente, pai e/ou mãe com escolaridade acima da média nacional, favorece o acesso ao ensino superior”.

“O percentual de jovens brasileiros que estão na universidade, mesmo sendo filhos de pais que não alcançaram este nível de ensino, revela a importância que tem assumido a continuidade de estudos após a educação básica, por diferentes camadas da sociedade brasileira. Muito provavelmente, estes jovens são os primeiros em suas famílias a chegar à universidade, o que caracteriza claramente o processo de ascensão educacional desta geração com relação às gerações antecedentes” (IPEA, 2012).

Quanto à satisfação do aluno universitário perante seu curso, o trabalho expõe que o número de estudantes satisfeitos com o curso que realizam é pelo menos cinco vezes maior do que aqueles que gostariam de seguir outras opções de curso. Dentre estes últimos, o indicador estar ou não no curso que era sua primeira opção à época do ingresso no ensino superior não é fator relevante.

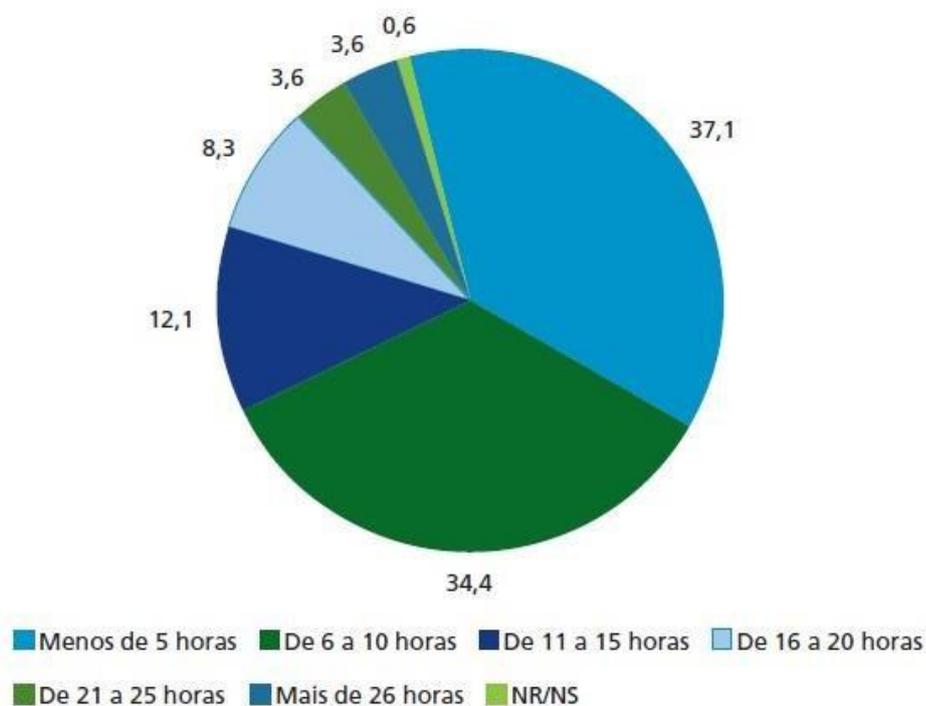
Porém não há dúvida de que o terceiro tópico trabalhado na análise preliminar da pesquisa, a utilização do tempo fora de sala de aula pelo universitário brasileiro, é o mais influente e importante para a presente discussão.

Atualmente há uma crescente visibilidade das formas de utilização do tempo pelo universitário de maneira geral. A análise do uso do tempo foi feita com base em estudos sobre culturas, formas de expressão e atuação, bem como atividades desenvolvidas em grupos universitários relacionadas a lazer, saúde, cotidiano, aspectos de gênero, do trabalho, enfim, múltiplas possibilidades de abordagem em diversos campos, sobre como os jovens utilizam seu tempo.

A pesquisa do IPEA buscou compreender se a utilização do tempo dos estudantes para a realização de estudos tanto na sala de aula quanto fora dela. A maioria destes (68,1%) utiliza de 9 até no máximo 24 horas semanais para a realização de atividades previstas na grade curricular de seus respectivos cursos. Nos extremos, encontram-se estudantes que ocupam mais do que 33 horas semanais (6,1%) e aqueles que utilizam oito horas ou menos (4,2%) de seu tempo em sala de aula, havendo diferenças possivelmente relacionadas às matrizes curriculares, uma vez que a organização do ensino superior no Brasil supõe uma multiplicidade na oferta de cursos, tanto institucional quanto curricular.

Quando o foco volta-se para o uso do tempo destinado à realização de estudos fora da sala de aula, tem-se outra configuração, demonstrada no gráfico a seguir (FIG. 1):

FIGURA 1 – Tempo dedicado semanalmente ao estudo fora da sala de aula (em %)



Fonte: IPEA e SBS (2012)

A maior parte dos estudantes (71,5%) declara dedicar até 10 horas por semana a estudos fora da sala de aula e, neste grupo, 37,1% informaram que utilizam menos de 5 horas semanais para esta finalidade. No outro extremo, encontram-se 7,2% de estudantes que usam de 16 a mais de 26 horas semanais para estudar fora da sala de aula.

A reflexão do tempo gasto com estudos fora da sala de aula propõe uma observação mais apurada sobre a ocupação dos universitários (TAB. 1).

TABELA 1 – Jovens universitários brasileiros e ocupação (em %)

<u>OCUPAÇÃO</u>	<u>%</u>
Trabalho remunerado	52,0
Trabalho não remunerado	6,3
Não trabalha	27,1
Desempregado	13,3
NR/NS	1,3
<u>TOTAL</u>	<u>100</u>

Fonte: IPEA e SBS (2012)

Com os resultados da pesquisa é possível notar que 52% dos estudantes trabalham

e estudam, enquanto 6,3% exercem algum tipo de trabalho não remunerado, 27,1% não trabalham e 13,3% estão desempregados. Quando a variável “ocupação” é relacionada com o tempo dedicado aos estudos fora da sala de aula, outras interpretações se delineiam (TAB. 2).

TABELA 2 – Ocupação e tempo destinado a estudos fora da sala de aula (em %)

OCUPAÇÃO	Dedicação aos estudos fora de sala de aula							TOTAL
	Até 5 horas	De 6 a 10 horas	De 11 a 15 horas	De 16 a 20 horas	De 21 a 25 horas	Mais de 26 horas	NR/NS	
Trabalho remunerado	44,7	32,3	10,1	7,4	2,8	1,9	0,8	100,0
Trabalho não remunerado	21,4	35,9	15,9	11,0	4,1	11,0	0,7	100,0
Não trabalha	27,9	36,7	13,6	10,3	5,3	5,8	0,5	100,0
Desempregado	34,9	38,1	15,3	6,2	2,9	2,3	0,3	100,0
NR/NS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0

Fonte: IPEA e SBS (2012)

Entre os estudantes que informaram exercer algum trabalho remunerado, a maior parte – um total de 44,7% – declarou destinar menos de 5 horas semanais para estudos complementares, como é esperado de quem trabalha e estuda. Todavia, os percentuais são significativos também nos outros grupos, já que 34,9% dos que estão procurando emprego utilizam esta mesma quantidade de horas como estudo complementar. Este percentual diminui para a metade quando se consideram os que exercem algum tipo de trabalho não remunerado e os que não trabalham.

Os valores relativos à utilização de 6 a 10 horas por semana não apresentam variação significativa entre os que trabalham e os que não trabalham, como se pode observar em aproximadamente um terço dos estudantes, em cada um dos grupos de ocupação.

O percentual mais baixo para quem utiliza mais de 26 horas por semana com estudos fora da sala de aula está entre os que trabalham (1,9%) e os que procuram uma ocupação remunerada (2,3%).

É possível notar que os universitários brasileiros são constituídos em sua maioria por estudantes que exercem atividade, remunerada ou não, ou disponíveis ao mercado de trabalho (desempregados), formando um montante de pouco mais de 70% dos estudantes da amostra, e que a maioria destes dedicam até 10 horas semanais de estudo fora da sala de aula. Isto mostra que a discussão entre as condições da formação desse tipo de discente é pertinente, devido sua maioria e pouco tempo de estudo extraclasse.

2.3. Trabalhador discente versus discente trabalhador

Segundo Moraes et al (2011), os estudos clássicos sobre juventude sempre consideraram a categoria trabalho como indicador privilegiado para caracterizar dois segmentos da juventude: o jovem trabalhador e o jovem estudante, e desdobramentos e classificações são elaborados a partir destas duas situações. Este último se torna categoria explicativa quando são incorporados à análise novos elementos que consideram a organização e funcionamento dos cursos universitários, bem como, a categoria juventude, que compreende tanto o trabalhador estudante quanto o estudante que trabalha.

Em vista da heterogeneidade dos discentes do corpo estudantil brasileiro que conciliam o trabalho com sua formação universitária, Romanelli (1994, apud MORAES et al, 2011, p. 210) enumera as seguintes diferenciações afirmadas acerca do estudante:

- Estudante em tempo integral: é mantido pela família e se dedica exclusivamente aos estudos, independente do turno (diurno, noturno, integral);
- Estudante/trabalhador: trabalha, no entanto, ainda é dependente

financeiramente de seus familiares;

- Trabalhador/estudante: Além de não depender dos familiares, contribui muitas

vezes, para o orçamento doméstico. A família não tem condições financeiras para mantê-lo e/ou não julga a escolarização universitária relevante investimento para o filho. Assim, o estudo depende do investimento, disposição e aspirações pessoais deste último, incentivadas às vezes, pela família.

Diante desta heterogeneidade e entendendo a educação como uma prática social, é necessário considerar que, dentro deste contexto, são também geridos pré-conceitos, normalmente voltados ao ensino noturno e às deficiências de seus estudantes, à área e, mais especificamente, a determinados cursos, ao tipo de universidade (pública ou privada) que acabam construindo estereótipos nem sempre confirmados a respeito da qualidade do ensino, do grau de exigência dos cursos e universidades, das deficiências e responsabilidades dos alunos, dentre outros (MORAES et al, 2011).

O autor, embasado em vários outros, (Furlani, 1998; Alves, 1984; Faraco e Zainco, 1993; Camargo e Abud, 1995) ressalta que os alunos do ensino superior noturno são

vistos de maneira diferenciadas pelos professores em relação aos alunos do diurno, sendo as principais características atribuídas a estes primeiros:

- Deficiências ao longo de sua trajetória escolar;
- Ingresso precoce no mercado de trabalho;
- Pouco tempo disponível para os estudos;
- Maior maturidade, interesse e experiência, sendo mais participativos e questionadores;
- Na maioria das vezes, são casados e possuem filhos.

Moraes também afirma que muitos desses preconceitos são desfeitos diante das pesquisas realizadas por tantos outros autores importantes (Sposito, 1984; Castanho, 1989; Abramovicz, 1990; Cardoso, 1998; Sampaio, 1998), que verificam que a maioria dos alunos do noturno se enquadra na faixa etária entre 18 e 25 anos, sendo solteiros. Por outro lado, os resultados dos estudos desenvolvidos divergem quanto à trajetória escolar dos jovens, o que proporciona uma análise comparativa com a necessidade de obter uma fonte de renda e a escolaridade de seus pais.

É evidente, diante das informações expressas até aqui, a singularidade expressa em cada história/trajetória destes sujeitos que contribui significativamente para a configuração heterogênea dos usuários do ensino superior no Brasil na atualidade, porém com significativas semelhanças quanto alguns fatores, como a distribuição entre os cursos, dificuldades com o estudo fora da sala de aula e falta de equidade na divisão do tempo, o que impossibilita atividades extracurriculares e, muitas vezes, dificulta o cumprimento até das atividades curriculares.

Já Furlani (1998, p.38, apud MORAES et al, 2011, p. 211) coloca no centro do debate o caráter seletivo do vestibular e a origem socioeconômica do aluno variando de acordo com o período de funcionamento do curso. É possível observar que, acerca do caráter seletivo dos cursos, há “forte estratificação social entre as diversas carreiras, de acordo com seu grau de prestígio e a dificuldade de ingresso”. Referente à origem socioeconômica e ao período de funcionamento do curso, a autora registra que o período diurno é frequentado por membros das classes médias e superiores da sociedade que não precisam necessariamente de trabalhar, ao contrário dos estudantes do período noturno que são de camadas mais baixas e exercem atividade remunerada. Isso significa que o trabalho é parte constituinte da caracterização e da identidade destes alunos do período noturno.

É importante ressaltar também que uma das piores consequências do trabalho em conjunto com estudo é o desgaste físico, aliado à alimentação precária e repouso insuficiente, visto que os trabalhadores discentes chegam a exercer suas funções, enquanto trabalhadores, em 40 horas semanais, isto quando integrados ao mercado de trabalho formalmente.

Diante da bibliografia consultada,

torna-se evidente que, em alguns casos, a busca pela formação superior nasce a partir da possibilidade de ascensão profissional. Não menos importantes, são citadas enquanto expectativas, as vantagens financeiras, seguidas de maior enriquecimento cultural e maior realização pessoal. Estas produções indicam temáticas que, por si só, configuram inúmeros desdobramentos: família, trabalho, ensino noturno, alunos trabalhadores... Temáticas que, quando vinculadas a determinada profissão se complexificam, na medida em que passam a construir dados objetivos e subjetivos não apenas em relação ao aluno e seu contexto familiar e ocupacional, mas também, ao próprio curso, à instituição de ensino, aos educadores e à realidade macroestrutural (MORAES et al, 2011, p. 212).

Isto posto, o objeto central da presente pesquisa não é a caracterização generalista do universitário que exerce uma atividade remunerada, podendo este ainda ser amparado financeiramente pelos pais, sendo denominados de discentes trabalhadores, mas exercem atividades remuneradas que lhes confere momentos de autonomia e outros de dependência. O objeto de estudo do presente trabalho se insere no ramo dos os trabalhadores discentes, aqueles que primariamente são trabalhadores, provedores ou fortes contribuintes dos seus lares, e que estudam com seu respectivo restante de tempo.

3 A UNIVERSIDADE NO BRASIL

Isto posto, o crescente desenvolvimento, já caracterizado na presente discussão, e aprimoramento do saber, por sua vez, aumenta cada vez mais a exigência do mercado de trabalho, “forçando” os profissionais menos qualificados a procurar uma melhor qualificação profissional, levando-os às universidades.

Segundo Carelli e Santos (1999) “a etapa de formação universitária exige uma série de atividades dos estudantes, para as quais devem ser garantidas condições mínimas necessárias para o equacionamento das dificuldades frequentemente encontradas”, de forma a tornar, antes de tudo, viável a formação humana e profissional pretendida neste modelo de instituição.

Na realidade atual, é de suma importância conferir ao universitário a ideia de que deva buscar sua participação na vida acadêmica dentro de uma realidade social, dinâmica e participativa, baseado num referencial teórico-metodológico e científico, caracterizando assim a existência da extensão e pesquisa universitária. Sendo assim, “quando o jovem tem a possibilidade de estudar, esse processo representa sua oportunidade para transformação, passando a ver os estudos como requisito básico de ascensão pessoal e profissional” (SOUZA, 1993; SERPA, 1998, apud CARELLI; SANTOS, 1999)^{4 e 5}. Porém

É bom lembrar que em virtude de os universitários brasileiros, na sua grande maioria, dispõem de pouco tempo para seus cursos e exercerem funções profissionais concomitantes ao curso superior, exige-se deles organização sistemática do pouco tempo disponível para o estudo em casa, indispensável para um melhor aproveitamento do seu curso de graduação (SEVERINO, 1999, p. 31).

No cenário observado da Universidade Federal do Recôncavo Baiano – CAHL em horário noturno, acompanhando a tendência nacional, a própria organização das grades disciplinares, horários e a necessidade de contribuir efetivamente no tripé – faculdade, pesquisa e extensão – impede a sistematicidade do tempo do trabalhador discente, agindo

⁴ SOUZA, I. T. P. **Estudo do Aluno Universitário para a Construção de um Projeto Pedagógico**. Brasília: INEP, 1993.

⁵ SERPA, M. N. F. **Serviço de Atendimento ao Universitário: Inserção e Atuação do Psicólogo Escolar**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – USF, 1998.

como fator negativo na vida universitária e profissional do aluno, impossibilitando-o de extrair o máximo de conhecimento de seu curso e, infelizmente, forçando-o, em algumas situações, a abandoná-lo por não conseguir acompanhar o ritmo do mesmo, muito menos conciliá-lo com seu turno de trabalho. É de se esperar, porém, que essa situação seja a vigente já que o que justifica, em parte, o despreparo das instituições públicas de ensino superior em enfrentar esse “novo tipo de discente”. É de se esperar, porém, que essa situação seja a vigente já que o ensino superior,

(...) teve sua origem em um contexto em que a universidade era muito diferente do que é hoje. Por muito tempo, a função precípua da universidade foi a formação de profissionais recrutados entre os filhos da elite. Uma vez egressos das escolas de nível superior, esses jovens passavam a preencher os quadros políticos e administrativos da sociedade. Nessa época, o trabalho estava excluído da vida do jovem durante o período de aprendizado profissional. Por sua vez, o acesso ao ensino superior, por parte de jovens oriundos de famílias sem recursos e que, portanto, precisavam sustentar-se durante os estudos, era muito raro (...)

(CARDOSO; SAMPAIO, 2000, p. 1)

Isto é o que justifica, em parte, o despreparo das instituições públicas de ensino superior em oferecer melhores recursos na qualificação deste “novo tipo de discente”. Para que se entenda melhor esta situação, apanhados sobre a história, ainda que de forma superficial, e sobre os fundamentos que compõem o modelo de ensino superior universitário se fazem necessários.

3.1. Breve história e cunho privatista do saber no Brasil

Com a expansão dos trabalhos da Companhia de Jesus fundada em 1540 em Portugal começam as primeiras iniciativas de ensino com a vinda dos padres jesuítas para o Brasil em 1549. Recebendo subsídios do Estado Português, os jesuítas objetivavam catequizar os índios e dar aos colonos suporte religioso.

O surgimento da universidade no Brasil acontece na época colonial, no ano de 1572, data da criação dos cursos de Artes e Teologia no colégio dos jesuítas da Bahia até 1808, quando houve a transferência do título de capital do Brasil e conseqüentemente a sede do reino português para o Rio de Janeiro.

No fim do século XVIII, Portugal passa por profundas transformações políticas, culturais e econômicas, com repercussão também no Brasil, influenciando de forma significativa na educação, por esta ser hegemonicamente regida pela Igreja Católica, sendo a Companhia de Jesus a principal gestora de ensino expulsa de Portugal (MILANESI, 1998).

Com efeito, no Brasil o primeiro impacto dessas reformas foi marcado pela expulsão dos jesuítas, tendo o Marques de Pombal à frente. Isto posto, vale a pena salientar que expulsão oficial dos Jesuítas por força das Reformas Pombalinas não foi completa, já que não haviam no Brasil da época cátedras suficientes para substituí-los. Estes ficam atuando mais diretamente nos estudos menores por ser de “melhor qualidade”, com a preferência da burguesia, o que depois da Independência veio a se configurar na criação do sistema religioso particular de ensino. Fundamentalmente as Reformas Pombalinas implantaram um novo tipo ou modelo de ensino: o utilitarista, no qual há primazia da ciência sobre a religião.

A primeira instituição de ensino superior do Brasil foi a Escola de Cirurgia do Hospital Real Militar, fundada na Bahia em 1808 e logo após, no Rio de Janeiro, marcando a chegada da família real à colônia portuguesa (ALMEIDA FILHO, 2007). Ainda entre os anos de 1808 a 1889 acontece a criação de alguns cursos no ensino superior Como: Curso de Agricultura aliado ao Jardim Botânico (no Rio de Janeiro), bem como cursos de Medicina e Farmácia, Engenharia Militar, entre outros.

É importante ressaltar que na grande maioria dos cursos os livros e a orientação curricular eram importados da França, berço do positivismo, onde atuava o filósofo Augusto Comte. Assim, a formação acadêmica no Brasil foi influenciada sobremaneira pela filosofia positivista. Foram necessários longos anos de maturação para perceber as consequências das novas referências do pensamento social e pedagógico, principalmente em termos de currículo no ensino superior. Neste nível de ensino ainda é muito presente a influência da concepção positivista do conhecimento e é ela que preside a prática pedagógica, incluindo o currículo.

Hoje o conhecimento ministrado nas universidades brasileiras é propagado de forma linear, como é organizado o conhecimento acadêmico: do geral para o particular, do teórico para o prático, do básico para o ciclo profissionalizante. Segundo Cunha (1998, p. 12/13), a lógica desse sistema e dos que o defendem é que “primeiro o aprendiz precisa dominar a teoria para depois entender a prática e a realidade”. A prática se apresenta como “comprovação da teoria e não como sua fonte desafiadora, localizando-se, quase sempre, no final dos cursos, em forma de estágio”. Nesta ideia vigente, trabalha-se com o conhecimento

que já se tem notícia, passado, com a informação que a ciência já legitimou, nunca com os desafios do presente ou com o conhecimento empírico, que objetiva o conhecimento futuro.

Cunha também comenta sobre o modelo curricular brasileiro:

A ideia tradicional de currículo também induz a perspectiva de que o profissional é formado na universidade e deve sair pronto [...]. Esta perspectiva nos fez, por muito tempo, discutir currículos a partir da configuração dos perfis desejáveis para as profissões. Perguntas de como deve ser o egresso - mobilizaram esforços de reflexão e pesquisas junto ao mercado de trabalho [...] (CUNHA, 1998, p. 13).

Porém essa concepção não tem tido muito sucesso, pois torna o universitário refém dos novos conhecimentos, fazendo aumentar os currículos e carga horária nas instituições, modificações cobertas pela autonomia dada pelo estado às universidades. Nesta lógica, quantidade de informações passa a ser o parâmetro de qualidade, juntamente com a grande quantidade de horas que o estudante permanece “ouvindo” o professor.

Ao passo dessa concepção de currículo, caminha o entendimento de aprendizagem.

Aumentaram-se as cargas horárias dos currículos partindo do pressuposto de que os alunos só aprendem na sala de aula, a partir da informação veiculada ou controlada pelo docente. Nesse contexto, o conhecimento só é considerado válido quando produzido por parâmetros consagrados pelo chamado método científico.

Por fim, a partir desses pressupostos acredita-se que a ciência dá contornos a sociedade e não que é produzida a partir de seus interesses. “Consagra-se a educação e a formação de profissionais um poder que nunca alcançaram, como se fossem capazes de definir estruturalmente a sociedade” (CUNHA, 1998, p. 13), voltando à lógica, já exposta na presente trabalho, de que o ensino está inserido em um contexto social e, antes de formador, é produto do meio.

Está ótica é duplamente contraposta tanto pelo panorama mundial atual, globalizado e dinâmico, quanto pela histórica linearização do ensino brasileiro, que fazem da universidade um ambiente imbuído de falsas atribuições, como reformadora de profissionais para o mercado de trabalho e como profissionalização plena de estudantes.

3.2. Alicerces do sistema universitário brasileiro

A sociedade, bem como já teorizado anteriormente, está intrinsecamente relacionada com a educação que lhe é oferecida, sendo esta última produto de um contexto social, e fundamentada na formação do pensamento crítico e a busca por seus anseios. Em contexto universitário, é importante salientar a importância dos elementos ensino, pesquisa e extensão, que formam uma espécie de “tripé” que apoia o sistema de formação universitária, e como eles foram criados e priorizados em determinados momentos, principalmente na atualidade.

Segundo Carrelli e Santos (1999), “o tripé é elemento de suma relevância como pilar para uma educação eficaz e é indispensável que seja executado, tanto que apresenta positividade na Carta Magna brasileira”. O ensino como transmissão da informação anterior ao aluno é fundamental para a pesquisa, que é a construção e fortalecimento do conhecimento depois do aluno, que finalmente é posto em prática e promove sua contribuição social através da extensão, portanto se fazendo elementos indissociáveis.

A universidade, para transmitir adequadamente o seu conhecimento, precisa estar assentada nos três pilares indissociáveis. No tocante ao título de Universidade que uma instituição carrega, a Constituição Federal traz em seu dispositivo 207 o seguinte pressuposto: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão." (grifo próprio). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), em seu Capítulo IV, artigo 43, incisos III, IV e VII, regulamenta que é dever da Instituição de ensino superior:

III- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (grifo próprio)

Contudo, a função universalmente atribuída às instituições de nível superior é a

transmissão de conhecimentos, ou seja, o ensino. Ao se mencionar a pesquisa, por exemplo, logo é assimilada uma ideia de pesquisa de ponta, que procura desvendar os principais males sociais, no caso da primeira, (SOBRINHO, 2000, p. 45-46). Porém essa definição é errônea, já que se busca através da pesquisa “concretizar o aprendizado, mesmo sem criar teorias ou verdades indissolúveis” (SANTOS; CRUZ, 2011).

No entanto, o conceito de formação profissional é associado a ideia de saber funcional, visto que o saber do técnico é prioritariamente voltado para a resolução de problemas concretos e para a intervenção profissional enquanto detentor de saberes úteis, significativos e pertinentes, voltando à importância da prática para o universitário e, novamente, ao tripé.

Portanto, o ensino, a pesquisa e a extensão, parafraseando Sobrinho (2000, p. 50) exercem a construção, reconstrução e socialização dos conhecimentos, evidenciando a importância destes três mecanismos, que por definição são indissociáveis⁶ para a transmissão do saber.

O Ensino é responsável pela transmissão do conhecimento do docente para o discente, sendo que sempre foi utilizado como principal fonte de todas as Universidades. Cabe ressaltar que esta forma de aprendizado é transmitida unilateralmente, de forma que o discente recebe conhecimentos previamente conhecidos por quem os ensina, sem poder influir criticamente acerca dos mesmos.

A Pesquisa é um método de que se utilizam os universitários para construção de conhecimentos fora da sala de aula, “uma vez que a sociedade está em constante mudança e o aprendizado tem que está intimamente ligado com o desenvolvimento social” (SANTOS; CRUZ, 2011). Nesse contexto pode ainda ser subdividida em pesquisa formal, como sendo a pesquisa propriamente dita, e a pesquisa pessoal, que seria o tempo de estudos e reflexões individuais, necessárias para a formação sólida de qualquer conhecimento. Assim, a pesquisa se torna uma ferramenta de estímulo ao pensamento crítico, onde o estudante deixa de ser um mero receptor de conhecimentos já conhecidos e passa a intervir na produção científica e na modificação do conhecimento.

⁶ Pode se dizer que os elementos que compõem o “tripé” universitário são indissociáveis através dos preceitos teóricos de Boaventura Sousa Santos, que assevera que “numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assentam em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino” (SANTOS, apud SOBRINHO, 2000, p. 50).

E finalmente, é a extensão o mecanismo responsável pela comunicação do conhecimento trabalhado e produzido nas universidades à sociedade, além dela ser "o instrumento necessário para que o produto da Universidade (a pesquisa e o ensino) esteja articulado entre si e possa ser levado o mais próximo possível das aplicações úteis na Sociedade." (SOUSA, 2000, p. 127, apud SANTOS; CRUZ, 2011)⁷.

Assim, a pesquisa, o ensino e a extensão são indissociáveis na universidade e, portanto as três funções são institucionais no seu todo devendo sempre estar presentes no conjunto universitário. Através deste tripé, o professor não resume em si apenas o docente capaz do ensino, mas inclui o pesquisador dotado de condições para promover as indagações num contexto, a pesquisa para essas indagações e a absorção dos resultados da pesquisa. A relação entre os universitários e os elementos do tripé deve constituir um círculo virtuoso em que as especificidades de cada qual se beneficiem mutuamente a qualificação interna da universidade, e a sociedade, através da formação de profissionais comprometidos, críticos e competentes para o desenvolvimento do país.

Portanto, "Ensinar sem pesquisar afasta da realidade; pesquisar sem ensinar esclerosa; ensinar ou pesquisar sem vinculação com o meio elitiza." (SOBRINHO, 2000, p.50).

3.3 Contexto de Implementação da UFRB – CAHL

A região conhecida como o Recôncavo da Bahia foi a primeira região da América Portuguesa a ser colonizada de forma sistemática. A região fica situada aos redores da Baía de Todos os Santos, e teve por muito tempo as cidades de Cachoeira e São Félix, herdeiras de um diverso patrimônio cultural, como importante entreposto comercial que ligava Salvador, através do rio Paraguaçu, às comunidades do interior (UFRB, 2010).

O Recôncavo foi ocupado por povos indígenas e posteriormente, pelos escravos africanos para trabalhar na construção de Salvador, que viria a ser a capital da nova colônia portuguesa, e nas lavouras do interior. Em meio a esse encontro de povos, constituiu-se a diversidade cultural da região, marcada pelas manifestações culturais religiosas de raízes católica e africana, dança, musicalidade e culinária.

No início do século XX, as atividades agrícolas cedem espaço para as indústrias, seguindo a

⁷ SOUSA. Ana Luiza Lima. **A História da Extensão Universitária**. São Paulo: Alínea, 2000.

tendência nacional da época. O Recôncavo Baiano começa a progredir tecnologicamente com o avanço do transporte rodoviário, enfraquecendo a navegação e o ferroviário. O descobrimento de petróleo na região marcou definitivamente a decadência das atividades ligadas à agricultura, uma vez que a riqueza foi concentrada nas atividades que davam suporte a indústria petrolífera.

Segundo Machado (2012), apesar dos investimentos trazidos graças ao desenvolvimento industrial, este processo também implicou na estagnação da região em aspecto educacional durante décadas. A partir da década de quarenta do século XX, o Brasil começou a impulsionar a criação de instituições federais de ensino superior, porém a Bahia manteve-se apenas com uma única universidade federal, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), criada em 1946.

Caracterizado pelo forte elitismo⁸, o ensino superior federal da capital estava muito longe de atender às necessidades do interior do Estado, sendo acessível apenas àqueles que detinham uma condição financeira favorável, dificultando na época a ascensão sócio econômica por meio do conhecimento acadêmico.

Vargas e Paula (2013) identificaram em seu artigo que os objetivos preconizados por nossa república brasileira, mais especificamente no art. 3º, destacam-se a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e a marginalização; e a redução das desigualdades sociais e regionais. Com a situação ainda atual de abertura política, o texto propõe que a educação seja alcançável para indivíduos historicamente privados desta, pela “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (art. 206, I). Estabelece também, no artigo 208 inciso V, que é dever do Estado a garantia de aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

O artigo 214 da Constituição Federal, que prevê o estabelecimento dos Planos Nacionais de Educação (PNEs), objetivam articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em todos os níveis, etapas e

⁸ Toma-se por “elitismo”, segundo a concepção de Mills, o conjunto “de possuidores do poder, da riqueza e da celebridade. Estes podem ser considerados como membros do estrato superior de uma sociedade capitalista”. Podem também ser definidos em âmbitos psicológicos e morais como certos tipos de indivíduos selecionados. Assim definida, a elite, muito simplesmente, é constituída de pessoas de caráter e energia consideradas superiores.

modalidades, por meio de ações que conduzam, dentre outras, à universalização do conhecimento e à formação para o mercado de trabalho.

Percebendo que as taxas líquidas de matrícula eram incompatíveis com essas diretrizes em todos os níveis de ensino e, sobretudo na educação superior, o PNE de 2001 ambicionou: prover, até 2011, a oferta deste nível educacional para pelo menos 30% da faixa etária entre 18 e 24 anos; e criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, permitindo-lhes desta forma competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino. Entretanto, o ritmo das matrículas não aumentava segundo os prognósticos.

Em 2005, o Ministro da Educação (HADDAD, 2005) predisse que se não houvesse alteração nesse ritmo, não ultrapassaríamos 17% da população entre 18 e 24 anos no ensino superior ao cabo do PNE a findar em 2011 (plano decenal). Sucede, então, que de forma a programar as metas do PNE, o governo Lula adotou uma série de políticas, como a criação de novas universidades públicas (contexto de implementação da UFRB) e multiplicação de campi de antigas universidades fora das capitais (contexto da abertura do campus UFRB – CAHL), oferta de bolsas em instituições particulares (PROUNI), ampliação do FIES (Programa de Financiamento Estudantil) e preconização da política de cotas.

Através do Decreto 6096/2007, elaborou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Sua primeira diretriz, estabelecida no parágrafo 2º do Decreto, prevê a: “redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno”.

Em 2003, o governo anuncia a criação de um Plano de Expansão das Universidades Federais, o que mais tarde resultaria no que conhecemos hoje como REUNI, plano que mudou o panorama do ensino superior da região. O programa apontou para a possibilidade de um novo arranjo da instituição universitária, esta regionalizada com foco no interior da Bahia, diferente da UFBA, e abriu as portas para a construção de uma Universidade no Recôncavo da Bahia.

A universidade do interior começa a ganhar contornos concretos a partir de um forte movimento político liderado pelo então Reitor da Universidade Federal da Bahia, professor Naomar Monteiro, e também pelo diretor da AGRUFBA, professor Paulo Gabriel Nacif, que em maio de 2003 era o então diretor da Escola de Agronomia em Cruz das Almas e que é atualmente reitor da UFRB (UFRB, 2010).

Ainda no ano de 2003, é apresentada a proposta de criação da nova Universidade, que seria construída a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA, que já contava com uma relativa estrutura acadêmica, facilitando assim a construção da nova instituição.

Depois de realizar dezenas de reuniões e audiências públicas em diversos municípios do Recôncavo, que contaram com a participação de representantes de movimentos sociais, sindicatos, prefeitos, dentre outros, em 2005 foi aprovado pelo Congresso Nacional o projeto de criação da Universidade. Em julho do mesmo ano o presidente Lula sancionou a lei nº 11.151 que institui a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB, 2010). Neste sentido, a UFRB é fruto de uma intensa mobilização da sociedade baiana na luta pela garantia da Educação, e se destaca por trazer consigo uma proposta de acesso e permanência dos setores populares no ensino superior público (MACHADO, 2012, p. 25)

Com o projeto de universidade multicampi, a UFRB está presente em quatro municípios do Recôncavo Baiano: Cachoeira, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus e Amargosa. Possui atualmente 40 cursos de graduação e 21 cursos de pós-graduação subdivididos em: mestrado *latu* e *strictu sensu* e um doutorado. Conta ainda com sete Próreitorias: mais de 10000 pessoas circulando pelo campus, dentre funcionários, docentes e estudantes.

A Universidade em questão é dividida em alguns campus, e dentre eles há o UFRB – CAHL (Centro de Artes, Humanidades e Letras), na cidade de Cachoeira, onde são ministrados os cursos de Artes Visuais, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social, Licenciatura em História, Museologia, Serviço Social e Tecnologia em Gestão Pública. Destes cursos citados, Artes Visuais, Licenciatura em História, Serviço Social e Tecnologia em Gestão Pública possuem turmas em horário noturno.

Pensada como instrumento de transformação da realidade educacional do Recôncavo Baiano, a UFRB nestes últimos anos já conseguiu dar largos passos para a concretização deste objetivo, sobretudo no que tange à oferta de turnos diversos para trabalhadores que desejam obter uma graduação. No entanto, são necessárias ainda muitas conquistas para recuperar os atrasos do passado. Assim, “espera-se que sua infância promissora revele os caminhos para uma adolescência de rebeldia contra as desigualdades” (MACHADO, 2012, p. 25) e, de outro modo, para seu aprimoramento enquanto universidade, se comprometendo com os projetos a que se propõe, principalmente o que se refere à promoção da equidade social através do conhecimento, acessível a todos.

Mas apenas a maior acessibilidade ao ensino superior na universidade em questão é o suficiente para que os universitários de origem mais humilde e os trabalhadores discentes consigam terminar plenamente seu curso, isto é, respeitando as exigências da universidade e contribuindo efetivamente para as atividades curriculares e extracurriculares? Estes alunos conseguem se tornar os profissionais que o mercado de trabalho requer? E o mais importante, estes universitários conseguem alcançar os objetivos que tinham ao entrar na universidade? Estas discussões serão melhor abordadas na problematização do capítulo a seguir.

4 O TRABALHADOR E O ACADEMICO (PROBLEMATIZAÇÃO)

Vinculadas às instituições que se denominam universidades temos as seguintes principais expectativas; desenvolver, produzir e melhorar conhecimentos úteis para toda a sociedade e também formar pessoas capazes de atender aos cada vez mais exigentes requisitos de um mundo laboral moldado pelas mesmas ciência e tecnologia. Mas, como pensar essa questão de forma inversa? Ou seja, refletindo sobre os discentes já inseridos no mundo do trabalho que voltam-se para a academia em busca de novos saberes para além da mera profissionalização, como perceber então as dificuldades enfrentadas por eles? De forma mais específica, busco compreender a trajetória dos estudantes da UFRB/CAHL dos cursos em horário noturno, na articulação entre labor e saber e quais “sabores” são experimentados nesse processo. É válido destacar que esse sabores estão vinculados a experiências no que concernem às questões de saúde, família, crenças e profissionalização.

Dentro desse contexto, questiona-se: a implantação dos cursos em horário noturno tem em vista a inserção de trabalhadores na vida acadêmica ou objetivou-se apenas disponibilizar mais um turno? Qual a viabilidade e acessibilidade real oferecida pela UFRB para que o trabalhador discente alcance a plena formação no curso e horário em questão? Que outros problemas podem advir da falta de equidade dos horários universitários e de trabalho para estes discentes?

Visivelmente, todas as medidas tomadas pelo governo, como o REUNI, a descentralização das universidades federais e as políticas de inserção visavam incorporar faixas da população desatendidas pelo sistema e sem as quais não se atingirão nem as metas quantitativas nem as políticas para a educação superior (VARGAS; PAULA, 2013). Porém, a maioria que ingressa graças a tais políticas são tão carentes que não atendem as condições mínimas necessárias para entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito. São pessoas que vivem em situações adversas, e possuem rendimento domiciliar mensal inferior a dois salários mínimos. Esse percentual representa 2,1 milhões de potenciais estudantes que, para serem incluídos no sistema de educação superior dependerão - mais do que da gratuidade - de bolsas de estudo, de trabalho, de monitoria, de extensão, de pesquisa, de restaurantes universitários subsidiados, de moradia estudantil, ou de outras formas que, combinadas a essas, tornem viável a sua permanência no campus, segundo Vargas e Paula.

O alto índice de desemprego entre os jovens também dificulta a obtenção de renda

para fazer frente às despesas com educação. E quando os jovens estão no mercado, a maioria ganha menos de 2 salários mínimos e trabalha mais de 40 horas por semana, uma combinação que em nada favorece a busca por maior escolaridade (HOPER EDUCACIONAL, 2006, apud VARGAS; PAULA, 2013)⁹.

Está configurada, então, a principal condição para a consolidação da expansão da educação superior em nosso país: o atendimento de camadas mais pobres da população, incluindo os/as estudantes-trabalhadores/as. Tudo isso explica porque a política educacional contemporânea para a educação superior está embasada no conceito de democratização do ensino (VARGAS; PAULA, 1993).

4.1. Tempo e Estudo

A ineficácia dos programas governamentais em, além de levar trabalhador à vida universitária, manter sua autonomia como estudante, este precisa trabalhar para se manter ou ainda manter sua família. O principal quesito em que essa condição afeta na vida do trabalhador/estudante é o tempo, tão vital para o bom desenvolvimento tanto das atividades universitárias e aulas quanto o próprio trabalho. Mas mais importante do que o tempo hábil para realizar as atividades em si, é o tempo extraclasse, isto é, o tempo a solitário do estudante, no qual ele assimila o aprendido, exercita, reflete e aumenta seu capital cultural¹⁰, além do próprio desenvolvimento acadêmico.

Reforçando a ideia de que o tempo para o estudo extraclasse se faz necessário para garantir o desempenho acadêmico, embora com visão não conclusiva de quanto tempo é o "ideal" para os estudos extras, Souza (1993) conclui que, em relação à dificuldade no desempenho acadêmico dos universitários, dois são os fatores mais significativos: dificuldades pessoais e falta de tempo para os estudos. É fato que, quando comparados aos que só estudam, os trabalhadores que estudam têm menos tempo para se dedicarem aos

⁹ HOPER EDUCACIONAL. **Análise setorial do ensino superior privado no Brasil. Tendências e perspectivas 2010**. CD/ROM, 2006.

¹⁰ Capital cultural consiste num princípio de diferenciação quase tão poderoso como o do capital econômico, uma vez que toda uma nova lógica da luta política só pode ser compreendida tendo-se em mente suas formas de distribuição e evolução (BOURDIER).

estudos e com isso enfrentam maiores dificuldades para acompanhar o curso, decorrendo conseqüentemente, um menor rendimento acadêmico.

Entre tantos fatores influenciadores do rendimento acadêmico, sabe-se que uma das características que determina a evolução e realização acadêmica é a ampliação do universo cultural do estudante. No entanto, tal fato não está só relacionado às atividades sistemáticas em sala de aula, como também ao envolvimento em tarefas extraclasse: leitura de textos, resoluções de problemas, envolvimento com pesquisa, entre outras atividades complementares, que favorecem o desempenho acadêmico.

Nesse sentido, pesquisadores preocupados com questões educacionais destacam a importância e a necessidade dos alunos dedicarem-se a períodos de estudos extraclasse, para garantirem um reforço na aprendizagem, culminando conseqüentemente, numa formação acadêmica mais satisfatória. Dentre as atividades extra-aula, a que tem sido mais ressaltada é a leitura e os processos nela envolvidos, especialmente, a compreensão de textos. Em função dessa preocupação, vários autores têm se dedicado à pesquisa sobre o tema, ressaltando sua importância para uma boa formação acadêmica, visto que a capacidade de ler e entender textos, propiciaria uma aprendizagem eficaz durante e após a realização do curso, na medida em que favoreceria a autonomia para aprender (Santos, 1990; Oliveira, 1993).

Tais dificuldades são ainda mais evidentes em alunos do curso superior noturno, visto que para eles a questão da condição de estudo parece conter uma resolução mais difícil, tal como se refere Andrade e Sposito (1986). É um problema histórico que há em qualquer eixo universitário noturno, onde os alunos geralmente só aparecem em época de provas, trazendo nocividade à vida universitária.

Os autores consultados tecem considerações quanto ao fato de que, na condição de trabalhador e aluno, poucas são as oportunidades para crescer intelectualmente, ficando sua formação profissional a desejar. O estudo que realizaram permitiu-lhes observar que esses alunos enfrentaram problemas em sua trajetória acadêmica e em seu universo existencial, com reflexos em seu desempenho acadêmico e evidências no nível de dificuldades orais e escritas, que os alunos demonstraram. Além disso, fica bem caracterizado a aversão aos textos de conteúdo mais complexo, ausência de um pensamento mais crítico, e dificuldade de generalização de aprendizagem, o que acarreta, conseqüentemente, num baixo rendimento.

4.2. Definição do Objeto

O trabalho e o estudo podem ser conciliados porque tanto existe o trabalho em tempo parcial quanto os cursos que funcionam à noite (noturnos). O indivíduo que se desdobra entre essas duas atividades, igualmente solicitadoras e absorventes, apresenta, portanto, algumas características próprias; o trabalho parcial acentua o divórcio entre interesses e necessidade, sem concentrar-se neste ou naquele setor, se dilui entre estudo e trabalho, convertendo-os em atividades precárias e insatisfatórias.

No entanto, nesse caso, a atividade remunerada é o setor mais atingido por ser, na perspectiva do estudante, um trabalho incompleto e parcial. O estudante que trabalha vive a fragmentação do estudante: não há mais apenas a presença de um mero intervalo que possibilita, como numa fuga, a realização de determinada atividade. Estamos diante de um intervalo amplo que marca, porque separa em tempos sociais distintos, o trabalho e o estudo.

A situação dos trabalhadores que estudam é adversa, pois, nesse caso, o acidente não é o trabalho mas o estudo. O estudo aparece como um “plano de contingência”, no qual o trabalhador escolhe um curso que não se incompatibilize com o trabalho, porque este sim exige e absorve a maior parte das energias, e o trabalho faz com que o curso tenha importância acessória. No caso dos trabalhadores discentes, a necessidade de trabalhar coloca o curso em plano secundário, mas nesse caso o sucesso no trabalho realiza-se através do curso. Isso não significa que ele seja abandonado, mas simplesmente que é redefinido em termos do interesse mais amplo que o trabalho apresenta. A acomodação entre estudo e trabalho raramente redundava numa integração harmônica das duas atividades. Com frequência impõe-se uma cisão, com caráter de opção, pois as qualidades do estudo e do trabalho não têm uma medida comum de avaliação.

Quanto ao turno de ensino, os trabalhadores discentes preferem o noturno, já que a condição de trabalho impõe limites pesados ao turno em que o aluno pode estudar. Se trabalhar 40 horas, o turno da noite será a opção natural. Trabalhando mais de 20 e menos de 40 horas, a maior chance é de estas acompanharem o horário comercial, restando ao aluno o turno da noite como opção. Se trabalhar até 20 horas, pode suceder que estas ocorram pela manhã, à tarde ou à noite, abrindo mais opções de turno para o estudante. Ainda assim a oferta de trabalho no horário comercial é majoritária, o que implica novamente na opção pelo turno da noite.

Portanto, o cotidiano destes alunos implica, portanto, no deslocamento entre o espaço de trabalho e o de estudo, sendo este último majoritariamente no turno da noite. Outros fatores implicam nesse deslocamento, como, por exemplo, o horário do *rush*, em que os trabalhadores estão voltando para suas casas, enquanto os estudantes noturnos vão a universidade.

Segundo Vargas e Paula (2013), o resultado desses fatores

“[...] são aulas que começam sistematicamente atrasadas, produzindo, ao longo de todo o curso, um prejuízo acadêmico considerável. Além de começarem atrasadas, contam com a presença de alunos que chegam não apenas cansados do trabalho, mas estressados pelo trânsito, desgostosos pelos prejuízos que sabem que acumulam diminuídos perante suas circunstâncias. Como estudantes de segunda categoria, jamais se apropriarão da universidade como os seus colegas do turno da manhã. Deserdados ou excluídos no interior da universidade (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1998)¹¹, os estudantes que trabalham e os trabalhadores que estudam suportam o risco descrito por Ezcurra (2011)¹² de adentrar a universidade através de uma porta giratória”.

O objeto principal do trabalho consiste não no discente que trabalha, mas sim nos trabalhadores discentes, cujo significado foi anteriormente teorizado, que cursa sua graduação no turno da noite, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no campus de Centro de Humanidades, Artes e Letras (CAHL). Estes alunos ingressaram na vida universitária por diferentes motivos, tem diferentes aspirações, porém todos sofrem com problemas já discutidos, como falta de tempo para os estudos e atividades acadêmicas, desmotivação quanto à continuidade dos estudos, e outros mais, devido à rotina de um trabalhador discente, à sua maneira.

¹¹ BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 217- 227.

¹² EZCURRA, Ana María. Masificación y enseñanza superior: una inclusión excluyente. Algunas hipótesis y conceptos clave. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto (Orgs.). **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2011. p. 97-120.

“Abandonado à própria sorte, o trabalhador-estudante no Brasil se vê hoje estimulado a ingressar na educação superior. A retórica legal e política supostamente ampara esse projeto, seja sob o signo da diminuição das desigualdades sociais, seja pelo da democratização da educação superior” (VARGAS; PAULA, 2013).

Pontua-se, por exemplo, as dificuldades que os trabalhadores estudantes possuem para empreender estágios profissionalizantes, dada a necessidade de abrir mão de um trabalho remunerado em troca de estágios que se caracterizam pela ausência de vínculo trabalhista. Ainda hoje existe uma diferença muito grande entre um empregado estudante como secretário(a) ou vendedor(a) que mantém suas atividades profissionais enquanto cursa uma faculdade de Direito e um(a) jovem que entra para um escritório de advocacia durante o curso.

Buscando entender melhor o problema, não apenas na ótica de pensadores teóricos, mais sim do próprio sujeito, é necessária uma apuração das opiniões e aspirações destes trabalhadores discente da UFRB – CAHL noturno, para que através destas visões pessoais possa ser feita uma intervenção social, função de excelência do Serviço Social, que, através da sociologia, psicologia, economia, ciência política, antropologia, direito, ética, estatística, busca a intervenção das expressões multifacetadas da questão e do problema social, este último caracterizado no presente trabalho como a permanência satisfatória e a conclusão plena das graduações por parte dos trabalhadores discentes.

5 OS SABORES NA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE QUEM TRABALHA

É evidente que todas as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores discentes, são explicitadas de maneira clara e objetiva em cada fala dos discentes entrevistados. É observado, por exemplo, que os docentes não são flexíveis com os trabalhadores discentes, seguindo as regras e os prazos preestabelecidos institucionalmente. A preocupação constante e mais presente, no entanto para os trabalhadores discentes chega com o Estágio Supervisionado, pois os estudantes ficam as voltas criando estratégias para saber como irão conciliar tantos afazeres.

Estratégias que tornem possíveis a realização de todas as atividades pelos estudantes que trabalham, desenvolvidas em nosso cotidiano, (trabalho laboral, estudos acadêmicos e estágio supervisionado), viram apenas conjecturas, sendo praticamente impossível para o trabalhador discente acompanhar de forma proveitosa todo o programa de formação acadêmica, não conseguindo conciliar as atividades diárias já mencionadas.

Haja vista que debates e discussões onde poderíamos a partir do diálogo encontrar ou desenvolver soluções não acontecem, o que há é a indiscutível falta de auxílio institucional o que só piora a situação do trabalhador discente, fazendo estes universitários por vezes pensar que a sua instituição de ensino superior não é lugar para quem trabalha.

Oriundos dos setores populares, os universitários pesquisados neste trabalho trazem uma série de situações importantes para a compreensão de suas trajetórias no curso Serviço Social, História, Artes Visuais e Gestão Pública na Universidade. As narrativas, às vezes carregadas de emoção, revelam situações cotidianas referentes à escola, à relação com a família, às dificuldades financeiras, às problemáticas encontradas para ingressar na Universidade e para permanecer nela. Assim, os sujeitos pesquisados são porta-vozes de tantos outros jovens que, para estar na Universidade travam uma luta incansável, dia após dia.

5.1. O Ponto De Vista Do Trabalhador Discente

A entrevista semiestruturada, confeccionado para ser breve e de caráter puramente qualitativo, como preconizado na metodologia, foi aplicado a alunos que cursam Serviço Social, História, Cinema e Gestão pública na UFRB em horários noturnos. Como já

especificado anteriormente, a entrevista foi semiestruturada (combinando perguntas fechadas e abertas permitindo ao entrevistado discorrer sobre o tema em questão) e dirigida para ser preenchida com caráter de discurso formal escrito, para um melhor apuramento dos dados por extenso, facilitando assim o posterior relato e discussão dos dados obtidos. Para tanto, foi elaborado um plano de entrevista, enfatizando os dados objetivos e abertos, pessoais dos entrevistados.

O ingresso na Universidade é marcado por uma série de mudanças. Ao caracterizá-lo Coulon (2008) traz uma discussão que contribui para a compreensão das trajetórias estudantis. O autor coloca que a entrada na Universidade é “como uma passagem”. Para ele, a primeira tarefa do “calouro” nesse processo é aprender o ofício de estudante. Aprender esse ofício significa dizer que é indispensável aprender a tornar-se um “membro” para não ser eliminado e fracassar em seu novo ofício. Esse é o processo que Coulon chama de afiliação - aquisição de um status social novo: o status de estudante universitário.

Este processo de aprendizagem envolve três principais momentos segundo o autor. O primeiro momento seria aquele referente ao “estranhamento”, às dificuldades encontradas pelos estudantes recém-chegados à universidade. Por não estarem familiarizados com o funcionamento da instituição, com a burocratização dos procedimentos internos, os estudantes sentem-se impotentes diante da nova situação, o que gera um conflito interno e um contínuo desconforto em relação à dinâmica da universidade. Na verdade o que se tem aqui é uma transição importante entre escola e universidade, momento no qual o estudante começa a diferenciar estes dois mundos. A narrativa que melhor explicita este momento é a de (Ísis a poderosa), 31, Serviço Social:

“A burocracia da instituição (universidade) parece que quer nos engolir e forçar que deixemos o nosso trabalho. Não há um projeto ou programa que utilize nosso agir profissional (nossa prática) com pesquisas, parece que são mundos dicotômicos. Nosso curso (Serviço Social) deveria acima de tudo promover programas que ligassem alunos trabalhadores e pesquisadores, principalmente em discussões sobre políticas estudantis que abarcassem tal conexão. Se trabalhamos com direitos, deveríamos não somente lutar para que tais sejam garantidos, mas, sobretudo propor debates inovadores que carreguem em seu bojo a noção de qualidade de ensino/pesquisa/extensão para que os trabalhadores estudantes, ao quais não podem deixar de trabalhar, pois, são eles mesmos que sustentam seus estudos e suas famílias”.

Embora divirjam quanto à responsabilidade financeira em seus lares, estes estudantes concordam em seus depoimentos que suas rotinas dificultam a dedicação nos estudos em todos os âmbitos, desde o assistir às aulas, por causa da exaustiva rotina, até o cumprimento das atividades extraclasse, ou mesmo a melhor compreensão de uma disciplina ou outra.

Dentre os entrevistados, há também o consenso de que o cansaço adquirido da rotina influi no rendimento profissional. Segundo (Spartacus), 41, funcionário de uma Eletrônica e que cursa Gestão pública,

“tudo está relacionado, pois ao chegar tarde da universidade chego cansado ao trabalho e vice-versa”. Ainda estou assim me achando não sei que tipo de perfil profissional terei, ainda não sei como farei para estagiar, acho que terei que negociar com o meu patrão para ver como vai ficar essa questão, o que me preocupa mais agora é conseguir me relacionar e fazer as reflexões necessárias dentro desse curso que estou fazendo agora e conseguir trilhar esse caminho sem desistir”.

Quando questionados sobre quais as principais dificuldades como universitários (as), algumas respostas como “falta de flexibilidade por parte da instituição” e “falta de tempo” são apontadas repetidamente, como por exemplo, a escassez de matérias optativas em horário noturno. E, em sequência, quando questionados sobre a flexibilidade dos docentes, os discentes foram unânimes: não há qualquer flexibilidade por parte dos mesmos. Lado a lado com esses problemas, está ainda a dificuldade do futuro Estágio Supervisionado, que tem de ser feito mesmo que os estudantes possuam outros trabalhos, sendo que, na grande maioria dos estágios ofertados, não há vínculo empregatício; neste quesito, os entrevistados divergem sobre suas perspectivas, mas concordam que será difícil conciliar tudo e que isso irá prejudica-los financeiramente no futuro. Na perspectiva da aluna (Diana a caçadora), 24, ex agente comunitária e hoje professora da rede particular de ensino, Serviço Social, a “solução” que pretende adotar é faltar ao trabalho e ter esses dias descontados na folha de pagamento ou fazer serviços aos sábados para não ser prejudicada com as faltas semanais.

“Ser estudante universitário constitui-se um processo de aprendizagem que marca as trajetórias individuais dos sujeitos” (MACHADO, 2013). Entretanto, para os trabalhadores discentes este processo é diferenciado, os caminhos parecem ser mais complexos, pois, além de descobrir a Universidade, referenciando a “afiliação” de Coulon, momentos mais difíceis

desta caminhada. (Maximos), aluno do curso de História e que trabalha como carteiro na região salienta que ficou apavorado no início do curso, uma vez que não conseguia entender as discussões e não tinha ainda estabelecido uma rotina para realizar seus estudos.

[...] “achava que cursar a universidade estava fora de meu alcance e [me encontrei] perdido [...] com relação a maneira dos professores darem as aulas e as discussões por eles levantadas. Hoje já no terceiro semestre eu tive que desenvolver uma maneira de estudar, o que faço indo para a biblioteca da instituição as terças a noite ou quando posso, e digo com um certo orgulho [riso] que hoje tiro notas boas e as vezes maiores que meus colegas que não trabalham”.

É no âmbito deste processo de aprendizagem dos estudantes oriundos das camadas populares que podemos destacar a política de Assistência Estudantil como elemento fundamental à afiliação, uma vez que ela permitirá aos estudantes com poucas condições financeiras, maiores oportunidades de desenvolvimento e, portanto, contribuirá de forma decisiva para aquisição do novo status de estudante universitário, para sua formação e sucesso acadêmico.

Como último tópico abordado no roteiro da entrevista, perguntou-se se elas tinham conhecimento sobre algum projeto ou programa que auxiliem os trabalhadores discentes e, se não, sentiam necessidade da criação ou divulgação de projetos de intervenção neste âmbito. Todos negaram ter tais conhecimentos, e que sim sentiam extrema necessidade de que qualquer providencia fosse tomada. Segundo (Ísis a poderosa), “no grupo de colegas que faço parte e desenvolvo os trabalhos em grupos [...] sempre colocamos essa questão em sala de aula, porém não somos levados a sério”.

Por fim, para (Leônidas) estudante de Artes Visuais, “a questão da ‘exclusão’ não se limita ao desejo de participar das atividades extracurriculares, mas, sobretudo, no fato de ser esta uma das exigências para a conclusão do curso”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto das políticas da educação brasileira, as mudanças no cenário da formação profissional refletem as exigências da LDB de 1996, Lei 9394/96.4. Permitiram se contornos diferenciados nos perfis de formação profissional, fato este que tem gerado várias propostas de reformas no ensino superior. A LDB assegura à Instituição de Ensino Superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos, imprimindo, contudo, a necessidade de uma profunda revisão de princípios e tradições de ensino, que burocratizam os cursos e se revelam incongruentes com as tendências contemporâneas de considerar a formação, em nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

Essa visão, que elucidada por Paulo Freire, sem dúvida o maior teórico da educação brasileira, desvela a concepção de que a educação é muito mais produto do que fator da sociedade que a insere. Seu pensamento é matriz, em grande parte, dos estudos hoje realizados, em todo mundo, por intelectuais que fazem rupturas com as formas tradicionais de educação nas sociedades contemporâneas ocidentais.

Em decorrência de tantas mudanças no ensino superior brasileiro, sobretudo no que se refere a organização dos cursos e carreiras, e as próprias mudanças ocorridas no mercado de trabalho, houve uma maior disseminação de diversidades nos perfis dos alunos que ingressam na universidade. Trabalho e estudo já não são atividades excludentes ou dicotômicas; estudantes que trabalham pertencem a realidade cada vez mais presente nas instituições de ensino superior no Brasil.

Dado o exposto ao longo deste estudo, parece ser inegável que os autores citados apresentaram uma ótica conclusiva convergente, considerando insatisfatória a questão da qualidade do ensino superior no Brasil, refletindo, portanto, as condições de estudo inadequadas proporcionadas ao aluno, o que influencia negativamente seu desempenho acadêmico e, posteriormente, seu desempenho profissional. Todos os autores ressaltam a real importância e a urgência de se rever, no contexto educacional, a questão das condições de estudo, em suas diversas dimensões.

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar, apenas, no

acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. (FINATTI, 2007, p.189, 190).

Parafraseando Finatti, o bom desenvolvimento do discente universitário não está apenas em sua inclusão nas atividades de pesquisa e extensão, ou na qualidade de ensino e sua efetivação, mas também, em políticas de permanência efetiva. Assim, é latente a necessidade de que se crie e que haja a manutenção de políticas que busquem criar condições objetivas de permanência para esse segmento da população na universidade, o trabalhador (econômica) dos alunos de maneira aprofundada, a fim de se criar e operacionalizar políticas de assistência estudantil efetivas às suas realidades.

Preponderantemente o que foi observado durante o presente trabalho é que os trabalhadores discentes na CHAL-UFRB sofrem maiores desgastes físicos, alimentam-se precariamente e não encontram tempo suficiente para repouso. A maioria dos alunos afirmou ainda não dispor de tempo suficiente para seus estudos, e apontam como razão principal da insuficiência de tempo, principalmente entre os alunos do noturno, ao fato de terem que dedicar grande parte do seu tempo ao trabalho. Esses discentes revelam ainda que tem uma disponibilidade bastante restrita para seus estudos, ou seja, utilizam os finais de semana na maioria dos casos.

Engana-se quem acha que a situação melhora ou se ajusta durante o curso, pois até o instante que a própria autora elabora e entrega o presente trabalho, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), há todo um dispêndio de tempo, energia, e recursos financeiros, que já são escassos, para a conclusão do curso em si, caracterizando a etapa final do curso como igualmente cansativa se comparada ao início do curso. Por outro lado, para muitos destes, o trabalho confere a possibilidade de frequentar o curso superior, o que configura, de certa maneira, momentos de autonomia e até de orgulho para alguns dos alunos. Faz-se necessário que cada universidade promova um maior diálogo, com o objetivo de divisar alternativas para melhorar a formação científica e profissional, no que diz respeito a responsabilidade institucional na educação para o trabalho. É imperioso que se faça estudos aprofundados e se proceda análises a cerca desta categoria de discente, buscando compreender como o ingresso no ensino superior se manifesta na vida do trabalhador discente, e quais as estratégias que esses lançam mãos para acessar e permanecer no ensino superior.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: LDA (Porto Editora), 1994.

CARDOSO, Ruth C. L.; SAMPAIO, Helena. **Estudantes universitários e o trabalho**. 26 mar. 2000. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_03.htm>. Acesso em: 4 jul. 2011.

CARELLI, Maria José Guimarães; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. **Condições temporais e pessoais de Estudo em Universitários**. Campinas: USF, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v2n3/v2n3a06.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

COULON, Alain. **A Condição de Estudante: a entrada na vida universitária**. Tradução de: Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

CIAMPONE, Maria Helena Trench; OLIVEIRA, Raquel Aparecida de. A Universidade Como Espaço Promotor De Qualidade De Vida: Vivências E Expressões Dos Alunos De Enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006, p. 254-261. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n2/a08v15n2>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

CUNHA, Maria Isabel da. Aportes teóricos e reflexão da prática: A emergente reconfiguração dos currículos universitários. **Educación Superior Y Sociedad**, v. 9, n. 1, p. 11-20, 1998. Disponível em: <<http://ess.iesalc.unesco.org.ve/index.php/ess/article/download/300/254>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

GEORGEN, Pedro. Ciência, sociedade e universidade. **Educação e Sociedade**, v. 19, n. 63, ago. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173301998000200005>. Acesso em: 5 jan. 2014.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000.

GROSELLI, Ricardo. Globalização e seus impactos no mercado de trabalho no Brasil. **Gerenciamento Econômico**, 2008. Disponível em: <<http://www.gerenciamentoeconomico.com.br/economia/globalizacao-e-seus-impactos-nomercado-de-trabalho-no-brasil/>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo Comparado sobre a Juventude Brasileira e Chinesa: Dados preliminares do Brasil (Relatório de Pesquisa)**. Brasília: IPEA, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1991.

MACHADO, Cristiane de Oliveira Xavier. **O Universo Da Universidade: desafios e possibilidades das trajetórias estudantis na UFRB**. Cachoeira: UFRB – CAHL, 2012.

MILANESI, Irton. A Construção Curricular do Ensino Superior no Brasil numa Perspectiva Histórico-Sociológica da Educação: da Colônia à República. **Revista de Educação**, PUC – Campinas, v.3, n.5, p. 51-63, nov. 1998.

MORAES, Carlos Antonio de Souza et al. O estudante do ensino superior: identificando categorias de análise. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 13, n. 3, p. 205-218, set./dez. 2011.

NEVES, José Luís. **Pesquisa Qualitativa- características, usos e possibilidades**. 3. ed. São Paulo: 2º Semestre, 1996.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica**. 3. ed.. Aracaju: UNIT, 2010.

SANTOS, Carolina Duailibe dos; CRUZ, Luana Batista da. **Os Desafios Do Ensino Superior Na Contemporaneidade: O Tripé Universitário**. 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/os-desafios-do-ensino-superior-na-contemporaneidade/73203/>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. UFRB 5 Anos: Caminhos, Histórias e Memórias. Cruz das Almas, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: Relatório Final do Primeiro Ciclo Avaliativo 2009/2011 / Comissão Própria de Avaliação – CPA / Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Cruz das Almas – BA: UFRB. Disponível em (endereço eletrônico da UFRB)..

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A Inclusão Do Estudante Trabalhador E Do Trabalhador-Estudante Na Educação Superior: Desafio Público A Ser Enfrentado**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 2, p.459-485, jul. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path%5B%5D=1590>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

ZARUR, George De Cerqueira Leite. **Globalização, Universidade E Mercado De Trabalho**. Brasília: Consultoria Legislativa, 2000. Disponível em: <

<http://www2.camara.leg.br/documentos-epesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/pdf/006843.pdf> >. Acesso em: 5 jan. 2014.